

INTERNACIONAL

MÍDIA DE VAUDEVILLE

DESEMPREGO, ESTATIZAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO DE GESTÃO E SOCORRO FINANCEIRO EMERGENCIAL: A IMPRENSA FRANCESA VIVE UM VERDADEIRO PANDEMÔNIO EXISTENCIAL, PONDO À PROVA SUA CONSAGRADA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

POR ALEXANDRE ARRUDA'
DE PARIS



PROTESTO
GREVE GERAL NA FRANÇA, EM
29 DE JANEIRO, TEVE AMPLA
PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA



Uma verdadeira guerra foi declarada pela imprensa francesa e o alvo é o próprio presidente da República, Nicolas Sarkozy. O chefe do Poder Executivo francês pretende eliminar, progressivamente, a publicidade da rede de TV pública do país. O rombo pode chegar a 450 milhões de euros neste ano e a 1 bilhão a partir de 2011, quando a propaganda será totalmente suprimida. A nova lei, anunciada há um ano por Sarkozy, começou a vigorar em janeiro e tem vários pontos polêmicos. Num país em que a liberdade de expressão e a independência jornalística são consideradas sagradas, a medida gerou uma onda de protestos e paralisações entre os jornalistas dos canais estatais e um intenso debate na imprensa. Já foi até chamada de "berlusconização" da mídia — uma referência ao prêmio italiano Silvio Berlusconi. O texto de Sarkozy ainda aguarda votação do Senado, mas já entrou em vigor.

"Como ele [Sarkozy] determinou, foi como um decreto: passou a valer", afirma Xavier Armengaud, redator-chefe de um dos escritórios do Canal 3 (F3), em Perpignan, no sul da França, para quem as sucursais, justamente, são as mais ameaçadas. Para a especialista em ciência da informação e da comunicação Joelle Farchy, a questão é complexa e deve ser vista com cuidado, pois relaciona estrutura de financiamento e dependência da audiência. "Paradoxalmente, a medida fez eco a uma demanda recorrente da esquerda francesa, de um audiovisual público liberado da dependência da audiência", diz a especialista, que também é diretora adjunta do Instituto Francês de Comunicação da Sorbonne. Nesse modelo, os canais não estariam submetidos à necessidade de venda de espaço publicitário e poderiam criar, com mais liberdade, programas culturais e pedagógicos.

"A supressão da publicidade leva, inevitavelmente, ao crescimento do esforço público como também à pesquisa de novas formas de financiamento", explica a acadêmica. A economista Françoise Benhamou, parceira de Joelle num trabalho sobre o assunto, afirma que é "necessário cobrir os custos de funcionamento e de grade, mas também produzir novos programas destinados aos espaços liberados pela supressão da publicidade". O dinheiro que deixará de entrar nos cofres dos cinco canais públicos — que detêm 40% da audiência — deverá migrar para os três canais privados, que disputam a audiência do prime time francês, entre 20h13 e

21h30, quando são registrados, em média, 23,69 milhões de telespectadores.

Vários canais já alteraram suas grades. A TV pública para garantir a audiência, e a privada para abocanhar os novos anunciantes — que poderão ser "acomodados" nos três minutos a mais de espaço publicitário que os canais privados ganharam na mesma lei. Antes, para cada hora de programação, eles tinham direito a seis minutos de comerciais. Com as novas regras, esse tempo passou para nove minutos.

O governo se defende e diz que haverá dinheiro suficiente para a TV pública. Segundo a ministra da Cultura e das Comunicações, Christine Albanel, serão destinados 450 milhões de euros provenientes de duas taxas a serem criadas: uma sobre as operadoras de telecomunicação e outra sobre a publicidade dos próprios canais privados. Joelle discorda: "O espaço alugado de publicidade já está quase saturado. O desaparecimento total da propaganda nos canais públicos, em 2011, vai cortar 2596 do espaço oferecido aos anunciantes que dificilmente serão transferidos aos outros canais no contexto legislativo atual". Para a professora, a taxa das operadoras de telecomunicações pode levar a uma situação de impasse. "Pedindo para financiar de maneira global a televisão pública, nos privaremos de pedir que também contribuam para a criação audiovisual", diz. Outra opção que não está no texto, segundo a ministra Christine, seria o aumento da redevance, imposto anual que os franceses pagam para manter o sistema público de audiovisual, atualmente em 116 euros.

JORNAIS E INTERNET

O novo modelo de gestão também prevê a centralização do comando dos cinco canais públicos em uma pessoa nomeada por decreto presidencial. A proposta também é considerada escandalosa pela imprensa local, principalmente pelos grandes jornais de esquerda, como o *Lê Monde*. Atualmente, o grupo France Télévisions — criado em 2000 — é formado por cinco canais: TF2, France 3, France 4, France 5 e France Ô (regional), administrados pelo Conselho Superior de Audiovisual (CSA), que elege um presidente para um mandato de cinco anos e um diretor geral. Com a mudança, haverá apenas um chefe geral, nomeado pelo próprio Sarkozy, junto com um "conselho de ministros". Para se ter uma idéia da independência do conselho gestor, o atual presidente, Patrick de Carolis, foi eleito em



PATRIMÔNIO
SEDE DO CANAL 3,
QUE PODE PERDER
RECEITA COM A
PROIBIÇÃO DE
PUBLICIDADE NA
TV PÚBLICA. NA PÁG
SEGUINTE, PIERRE
LOUETTE, DA AFP

2005 contra a vontade do então primeiro-ministro.. Dominique de Villepin. Seu mandato acaba às vésperas das eleições presidenciais de 2012, quando será substituído pelo nome indicado por Sarkozy. Xavier Armengaud, porém, não acredita que o Executivo espere tanto. "Assim que a lei for aplicável, ele pode tirar De Carolís a qualquer momento, quando bem entender", afirma.

Desde o início, as novas regras têm gerado protestos dos mais de 4 mil profissionais da France Télévisions. Repórteres, produtores, editores e apresentadores já fizeram até passeata em Paris contra as mudanças. No dia 18 de dezembro, o jornal local do F3 não foi exibido. Em seu lugar, flashes das imagens do dia em todo o país com a mensagem correndo na tela de que estavam em greve.

Na semana da inauguração do novo sistema, a reação foi mais forte. Nenhum telejornal foi exibido no F3 entre os dias 5 e 7 de janeiro. No primeiro dia, uma mensagem avisava sobre a paralisação e, no lugar do noticiário nacional, foi exibido um programa culinário. Novas paralisações e protestos são programados frequentemente. Para piorar, em uma das empresas mais emblemáticas da mídia francesa, a Agence France-Presse (AFP), a ameaça da liberdade de expressão também tem causado celeuma, assim como a nova gestão e a possibilidade de mudança no estatuto da agência (veja o quadro "Gigante em xeque").

Por outro lado, a mídia impressa e a internet receberam mensagens positivas de Sarkozy para o enfrentamento da crise financeira que balançou as redações. Em 23 de janeiro o presidente anunciou um pacote de 600 milhões de euros para o setor. Chamado de "Estados Gerais da Imprensa", o plano prevê medidas que consistem no aumento de gastos federais como anunciante de impressos, assinaturas gratuitas de jornais para jovens de 18 anos e exoneração de alguns encargos sociais e impostos. A moderni-

sação e, no lugar do noticiário nacional, foi exibido um programa culinário. Novas paralisações e protestos são programados frequentemente. Para piorar, em uma das empresas mais emblemáticas da mídia francesa, a Agence France-Presse (AFP), a ameaça da liberdade de expressão também tem causado celeuma, assim como a nova gestão e a possibilidade de mudança no estatuto da agência (veja o quadro "Gigante em xeque").



GIGANTE EM XEQUE

POR CRISTINA PALMEIRA, COLABORAÇÃO ESPECIAL DE PARIS

A AGENÇE FRANCE-PRESSE (AFP) É A TERCEIRA MAIOR DO MUNDO, DEPOIS DA REUTERS E DA ASSOCIATED PRESS (AP). NA CADEIRA DE PRESIDENTE DIRETOR-GERAL ESTÁ PIERRE LOUETTE, REELEITO EM FINS DE 2008 E CONFIDENTE DO GOVERNO NA MISSÃO DE MODERNIZAR O ESTATUTO DA-AGÊNCIA, QUE DATA DE 1957. ALÉM DO DESAFIO DE ENCONTRAR UMA NOVA FONTE DE FINANCIAMENTO, O PRESIDENTE DEVE, ATÉ O FINAL DE MARÇO, APRESENTAR SEU PLANO, OUTRO MOVIMENTO ARRISCADO QUE PODE COLOCAR AINDA MAIS EM XEQUE A MÍDIA FRANCESA, NO COMPLICADO XADREZ QUE TAMBÉM TOMA CONTA DO AUDIOVISUAL E DO IMPRESSO.

LOUETTE EXPLICA QUE A AGÊNCIA É *SUI GENERIS* – NÃO É PÚBLICA, PRIVADA OU COOPERATIVA, COMO A ANSA, ITALIANA. A AFP NÃO TEM CAPITAL, AÇÃO OU CONTROLADOR. MAS O ARTIGO 2 DO ESTATUTO ESTABELECE QUE A INSTITUIÇÃO “NÃO DEVE, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, PASSAR SOB O CONTROLE DE DIREITO OU DE FATO DE UM GRUPO IDEOLÓGICO, POLÍTICO OU ECONÔMICO”. TEMENDO QUE O NOVO ESTATUTO SEJA A PORTA ABERTA PARA A PRIVATIZAÇÃO E O FIM DA INDEPENDÊNCIA DA AFP, OS COLEGAS FRANCESES LANÇARAM UMA PETIÇÃO ELETRÔNICA, QUE CONTA COM MAIS DE 12 MIL ASSINATURAS.

A AFP ENCERROU 2008 COM UM FATURAMENTO DE 270 MILHÕES DE EUROS, UM AUMENTO DE 4% SOBRE 2007. ESTA CIFRA EMBUTE UM CLIENTE DE PESO: O GOVERNO, QUE PAGA ANUALMENTE 110 MILHÕES DE EUROS PELOS SERVIÇOS DE MÍDIA DISPONÍVEIS EM MINISTÉRIOS E EMBAIXADAS. MAS, SEGUNDO LOUETTE, O ESTADO QUER REDUZIR TAL APOORTE E ESTÁ EM ESTUDO A CRIAÇÃO DE UMA FUNDAÇÃO, COM UM CONTROLADOR PÚBLICO OU PARAPÚBLICO. ENTRE OS CANDIDATOS POTENCIAIS FIGURAM A CAISSE DE DÉPÔTS (COMPARÁVEL À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) E O FUNDO SOBERANO FRANCÊS.

ATINDA ASSIM, OS JORNALISTAS ESTÃO INQUIETOS. CHRISTOPHE BEAUDUFE, PRESIDENTE DA SOCIEDADE DOS JORNALISTAS DA AFP, ADMITE QUE O ESTATUTO “NÃO É UMA VACA SAGRADA”, MAS RECEIA A ENTRADA DO NOVO CONTROLADOR. ELE LEMBRA QUE A EMPRESA GÁS DE FRANCE FOI 100% CAPITALIZADA PELO GOVERNO, MAS VENDEU SUAS AÇÕES LOGO QUE PRECISOU DE CAIXA.

DIMITRI DE KOCHKO, DELEGADO DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS NA AFP, ALERTA QUE NÃO HÁ NENHUMA GARANTIA DE QUE A AGÊNCIA NÃO SEJA DIVIDIDA E O NOTICIÁRIO, POR EXEMPLO, CEDIDO A UM DOS BARÕES DA IMPRENSA ALIADO A SARKOZY. APESAR DE NÃO SER COMPLETAMENTE PÚBLICA, A AFP É ALVO DA PRESSÃO POLÍTICA. EM MAIO DE 2008, A AGÊNCIA LEVOU UM PUXÃO DE ORELHAS DE UM POLÍTICO GOVERNISTA, PELO FATO DE NÃO TER DIVULGADO TODOS OS SEUS RELEASES. GRAÇAS À CONTROVÉRSIA, TAIS TEXTOS ACABARAM PUBLICADOS. ALÉM DESSAS SUTILEZAS, UMA MUDANÇA NA FILOSOFIA DA AGÊNCIA – A HEGEMONIA COMERCIAL FACE À INDEPENDÊNCIA – PODERIA SIGNIFICAR O FECHAMENTO DE ESCRITÓRIOS COM SERVIÇOS MENOS RENTÁVEIS, COMO O ESPANHOL E O PORTUGUÊS, OU A REDUÇÃO DE QUADROS.

O PRESIDENTE DA AFP ARGUMENTA QUE, APESAR DO IMBRÓGLIO, O GOVERNO VAI INVESTIR 20 MILHÕES DE EUROS NA MODERNIZAÇÃO INFORMÁTICA DA INSTITUIÇÃO – QUE ARCARÁ COM OS 10 MILHÕES RESTANTES. O PROJETO PREVÊ A TRANSFORMAÇÃO DA AFP NUMA AGÊNCIA REALMENTE MULTIMÍDIA EM ATÉ CINCO ANOS, COM TEXTOS ENRIQUECIDOS POR HYPERLINKS, FOTOS, VÍDEOS E INFOGRÁFICOS.

zação do parque gráfico do país também foi divulgada, mas não há previsão de implantação nem de recursos. Para a internet, Sarkozy declarou que criará incentivos para o desenvolvimento de jornais on-line, entre outras iniciativas.

O pacote também é visto com ressalvas. Sindicalistas reclamam que o principal problema — a geração de empregos - não recebeu a devida atenção. Por isso, incentivaram a classe — incluindo profissionais do audiovisual — a participar da greve geral que tomou conta do país em 29 de janeiro. Críticos também observam a possibilidade de intervenção estatal na produção de conteúdo por meio do pacote. Sarkozy rebate: "Espero que ninguém veja [no plano de salvamento] um atentado à independência." Pelo sim, pelo não, o momento da imprensa francesa é crítico, completamente difuso e repleto de desencontros. ■

*Colaboração especial para a revista IMPRENSA.